

**Artífices, tipógrafos, editores:
(re)visitar a história da imprensa na Província de Minas Gerais¹**

Bruno Guimarães MARTINS²
Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, MG

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar algumas das principais hipóteses e justificativas para uma pesquisa em curso que investiga a fundição de três tipografias na antiga Província de Minas Gerais e suas implicações para o desenvolvimento de processos editoriais ao longo do século XIX. Trata-se de revisitar a história da imprensa em busca de relações entre o *fazer* e o *dizer*, entre atividades manuais (o artífice, o tipógrafo) e intelectuais (o autor, o leitor, o editor). Acreditamos que é justamente esta aproximação o que tornará possível observar a formação de uma circuito comunicativo impresso, sem desconsiderar práticas cotidianas de uso e apropriação. Investigar a imprensa na Província implica em considerar sua posição *à margem da margem* (seja em relação à Europa ou à corte Imperial), contribuindo para a compreensão da dinâmica de disseminação da imprensa nas províncias.

Palavras-chave

História da imprensa 1; Província de Minas Gerais 2; Artífice 3; Tipógrafo 4; Editor 5.

Ensaçando os primeiros passos

Apresentaremos neste artigo as principais hipóteses e justificativas que guiam uma pesquisa sobre a produção, circulação e recepção da imprensa e dos impressos no Brasil oitocentista. No recorte atual pretendemos investigar a antiga Província de Minas Gerais. É importante dizer que as hipóteses que guiaram a formulação da pesquisa foram pela primeira vez esboçadas na tese intitulada “Corpo sem cabeça: Paula Brito e a *Petalogica*” (MARTINS, 2013). Nesta tese, a investigação concentrou-se nas atividades daquele que nas palavras de Machado de Assis foi “o primeiro editor digno deste nome que houve entre nós” (*In HALLEWELL*, 2005, p. 208), o mulato Francisco de Paula Brito (1809-1861). Buscávamos, então, posicionar as atividades e a biografia de um “tipógrafo-editor” como objeto central para se compreender como a imprensa e os impressos foram apropriados no Brasil oitocentista. A pesquisa que agora se propõe mantém em seus fundamentos a aproximação entre o *fazer* e o *dizer*, entre a atividade manual (o artífice, o tipógrafo) e o pensar (o autor, o leitor, o editor), ou seja, entre as ações cotidianas e os discursos.

¹ Trabalho apresentado no GP Produção Editorial XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor Adjunto do departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e-mail: brunomartins@ufmg.br

Acreditamos que é justamente esta aproximação entre *fazer* e *dizer* o que torna possível observar a formação de um circuito comunicativo que tem por base a imprensa, sem desconsiderar práticas cotidianas de apropriação dos impressos.

Considerando-se que as províncias imperiais situavam-se *à margem da margem*, nos interessa investigar e descrever como a precariedade e o imprevisto que condicionaram o processo de materialização do impresso foram transfiguradas no discurso. Em outras palavras, será que dificuldades técnicas de produção espelharam-se em precariedades discursivas? Ainda: estas supostas precariedades seriam replicadas na recepção convertendo-se em limites e corrupções interpretativas? Para evitar respostas que apenas confirmam um espelho degenerativo, deslocamos o objeto da pesquisa dos autores ou discursos, para buscar no processo de materialização do impresso relações entre qualidades e competências de autores e leitores, especialmente considerando as figuras do tipógrafo e do editor. Para tanto elegemos como ação central para a pesquisa o *fazer tipográfico*, pois este parece ser um ponto de articulação que nos permitirá observar movimentos de apropriação da técnica tipográfica e as consequências e distorções implicadas no gesto de apropriação. Definimos então, como protagonistas de nossa pesquisa, tipógrafos que produziram sua própria tipografia, impressores que criaram suas impressoras. Talvez, ao compreender o artifício como potência, possamos extrair críticas capazes de identificar traços constitutivos que não tem por base apenas uma comparação negativa em relação à “matriz”, especialmente se pensamos no cotidiano de uma sociedade que encontrava-se (e ainda se encontra) longe de ter como característica notável sua capacidade produzir e interpretar discursos impressos.

É importante ressaltar que ao eleger como objeto de pesquisa, a imprensa na “Província de Minas Gerais”, buscamos dialogar com críticas recorrentes que se abatem sobre a verdadeira abrangência da historiografia da imprensa e dos impressos, uma vez que a maioria dos estudos debruçam-se sobre as atividades da antiga corte, realizando, muitas vezes, mais ou menos explicitamente, uma distorcida projeção metonímica para o restante do Império. Dessa forma, ao se observar a produção de impressos ao longo do século XIX em Minas Gerais, não se trata apenas de identificar o que caracterizaria uma imprensa “mineira”, mas, de buscar por particularidades nas relações que se constituíam entre imprensa europeia, imprensa cortesã e imprensa provinciana. Dessa forma acreditamos ser possível mapear exemplos a partir dos quais seja possível identificar padrões para a formulação de hipóteses mais amplas sobre o desenvolvimento e a disseminação da

imprensa nas províncias ao longo do século XIX. Estamos particularmente interessados em relações de contraste e contaminação entre práticas de escrita e leitura com as práticas cotidianas que não eram mediadas pelos impressos. É justamente nesta relação, que acreditamos simultaneamente conflituosa e complementar, onde buscamos identificar e descrever como a produção de impressos *incorpora* elementos que não fazem parte de sua ordenação tipográfica, ou seja, quais transformações o objeto impresso impõe ao cotidiano e vice-versa. Em outras palavras, como as interações “face a face”, se contrapõe e alimentam uma possibilidade intrínseca ao impresso de “ação social à distância”?

Na referida tese buscamos fazer um contraponto com a tradicional historiografia da imprensa ao defender que o atraso na chegada da tipografia ao Brasil pode ser compreendido como dado positivo, ou seja, como catalisador de particularidades significativas em nossa cultura letrada, especialmente em suas relações com a realidade social e com formas não-letradas de cultura. Na presente pesquisa pretendemos prosseguir na busca pela “positividade do atraso”. É importante ressaltar que serão investigados quaisquer impressos, não só livros e periódicos, mas uma grande variedade de impressos vulgares que tornam sua presença parte de uma cultura cotidiana –recibos de compra e venda, cartões de visita, embalagens, rótulos, santinhos, calendários, folhetos etc. Dessa forma pretendemos contribuir não só para um registro iconográfico, mas para a inclusão dos impressos vulgares (e de seus aspectos estéticos e imagéticos) como parte integrante de uma cultura do impresso. Ao elevar estes impressos como objetos de estudo, lado a lado aos livros e periódicos, pretendemos, uma vez mais, aproximar impresso e realidade cotidiana, incluindo, por exemplo, as ações de não-leitores.

Ser, fazer, pensar

O tipógrafo é um artífice³, sendo sua tarefa principal coordenar a atividade manual de composição dos tipos de metal com o sentido conceitual das letras, de tal forma que sua atividade apresenta uma interessante singularidade na apropriação (leitura) dos textos. Assim como outros artífices, o tipógrafo aprende seu ofício por meio da prática e da observação, entretanto, o progresso do conhecimento técnico e a sofisticação da prática do aprendiz dependem do letramento, ou seja, na oficina tipográfica o manejo dos tipos de metal implica a compreensão dos conceitos. O aprendizado do tipógrafo ocorre, portanto,

³ Para uma instigante reflexão a respeito do artífice conferir *The Craftsman*, de Richard Sennett, (2008). Foi com base na frase que sintetiza a “intuição” perseguida pelo autor nesse livro —“fazer é pensar” — que refletimos sobre uma possível interação entre “corpo” e “conceito” operada pelas mãos do tipógrafo, um artífice das letras.

entre o “aprender fazendo” e o “aprender lendo” (EISENSTEIN, 1979), entre uma forma de transmissão e aquisição do conhecimento que privilegia a observação e a prática e uma outra que tem por base a reflexão individual. Na rotina do tipógrafo, a coordenação entre significação e movimentos corporais o fazem capaz de operar uma curiosa apropriação corporal do texto, na medida em que, sistematicamente, compõe e decompõe textos com os tipos móveis. O texto não se constitui, assim, em algo a ser apropriado apenas pela visão ou pela audição, mas também se realiza na dimensão tátil do chumbo, do pigmento e do papel, no gosto e no odor das tintas, dos solventes, das máquinas. Para esses proto-operários impõem-se uma percepção da materialidade, não se pode considerar os vazios entre letras e palavras que compõe uma página impressa simplesmente como “brancos”. Este ambiente em que o tipógrafo exerce seu ofício, onde o “fazer” depende do “ler”, faz com que desenvolva uma capacidade de leitura e escrita que tem por base a experiência modular da tipografia. Este tipo de experiência é capaz de impulsionar uma reflexão metalinguística que, por sua vez, poderá conduzi-lo a um importante posição onde o processo reflexivo caminha para a autonomização, em outras palavras, a autoconsciência sobre o modo de produção do impresso potencialmente conduz o tipógrafo à perceber o próprio sistema de impressão tipográfico como forma expressiva. Observar como e em que grau esta autonomia dissemina-se entre os letrados pode ser um caminho para identificar as distâncias e proximidades que se estabelecem entre impresso e cotidiano. A particularidade identificada na Província de Minas Gerais, foi certamente determinada pela exploração de ouro e diamantes no século XVIII, o que proporcionou o conhecimento necessário para que os ourives sonhassem com a tipografia. Aqui se abre uma possibilidade de investigação comparativa quando, anacronicamente, pode ser possível *ouvir*, em Minas Gerais, ecos da invenção do ourives Gutenberg.

A definição da trajetória de tipógrafos e impressores artífices como objeto de pesquisa vem da constatação de que a produção manual se constitui como um elemento relevante para compreender a formação de um sistema comunicativo em torno do impresso, pois é justamente aí quando se articulam corpo e mente, mão e cabeça, *fazer e pensar*. Como membro essencial da atividade editorial, encontram-se, nas mãos do tipógrafo, anseios de autores e leitores, neste encontro será observar dinâmicas de interação e conflitos que se cristalizam em torno do impresso, assim como diferentes discursos políticos-institucionais que espelham a própria constituição de uma cultura do impresso em relação a outras formas comunicativas, como o manuscrito e a oralidade. Ao centrar nosso olhar para aqueles

capazes de operar e materializar a mediação impressa, buscamos configurar no objeto impresso tanto conflitos discursivos e estilos que os representam, quanto observar contaminações e interferências entre outras formas de comunicação (oralidade, gestual) e outras variantes da comunicação escrita (manuscrito). Talvez, a partir deste objeto de pesquisa, seja possível caracterizar a cultura do impresso sem desconsiderar suas relações com outras formas de comunicação.

Porque revisitar a história da imprensa?

Diferentemente do que previam as profecias de McLuhan (1972), vivemos ainda a era do “homem tipográfico”. Escrita e leitura ainda são práticas indispensáveis para a produção e transmissão de conhecimentos que movimentam a ciência e a cultura contemporâneas, do ensino nas universidades aos comandos para operar *gadgets* tecnológicos. No entanto, uma certa ordem tipográfica parece ter se tornado progressivamente menos visível e, hoje, é muitas vezes, percebida como subjacentes às imagens que se apresentam em novas tecnologias eletrônicas e digitais. A onipresente superfície das telas é simulada com base em uma típica codificação “em linha”, a mesma que, ao se disseminar rapidamente depois da invenção da tipografia, contribuiu para a configuração moderna da disciplina história e da subjetividade. Se é correto que uma cultura letrada não se consolidou por completo entre nós, assumimos a dificuldade em ordenar nossa experiência “historicamente”, fato comprovado pelo contraste entre o sucesso instantâneo dos meios eletrônicos (como no surgimento do rádio, da televisão e, mais recentemente da internet) e as dificuldades para universalização do letramento que persistem no Brasil contemporâneo⁴.

A ilusão de uma linha do tempo, alimentada pela ordenação de acontecimentos que sucessivamente se encaixam em relações de causa e efeito na “ficção de uma linearidade do tempo” (CERTEAU, 2006), alimenta uma noção de atraso que nos assombra desde a colônia. Em um processo de diferenciação do passado, a história moderna realizou uma separação na qual o “novo” supera o “velho”, o “vivo” que se distingue do “morto”. Dessa forma, o passado irrompe como um *outro*, caracterizando-se como algo diferente do que se é. Esse gesto de separação que se realiza pela/na escrita, no entanto, também permite

⁴ Tomando-se as devidas prevenções contra as estratégias homogeneizadoras implícitas em pesquisas estatísticas, podemos comparar alguns dados que podem nos aproximar da atual situação no Brasil. Dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano 2000 baseados na autodeclaração apontam 13% de analfabetos na população total. No entanto, quando se considera o tempo de escolarização como parâmetro para o que os pesquisadores chamam analfabetismo funcional (o mínimo para ser considerado alfabetizado são 4 anos de educação formal), o número sobe para 27% da população total (www.ibge.gov.br). Utilizando uma outra metodologia – que discrimina analfabetos e 3 diferentes níveis de alfabetismo (rudimentar, básico e pleno) – o INAF classificou em 2011 apenas 26% da amostragem investigada como plenamente alfabetizada (www.ipm.org.br).

explorar, no momento contemporâneo, as narrativas históricas como possibilidade de encontrar este passado que, de fato, nunca deixou de nos constituir. Em uma breve visita à toponímia atribuída ao Brasil, podemos vislumbrar como a amputação do passado nos assombra pela forma do fantasma do atraso, de *Novo Mundo* a *ex-colônia*, de *terceiro mundo* a *país do futuro*, e, para o léxico do jornalismo atual, somos categorizados como país *emergente*. Quaisquer discursos que compartilhem essa noção de “atraso” têm como base uma projeção histórica linear que, impulsionada pela força do *medium*, define uma posição desfavorável para o *outro*, que situa-se em um passado, à margem do sistema discursivo que o define.

Se concordamos que certas prescrições normativas parecem perder suas forças à medida que se afastam dos centros de onde são produzidas, talvez haja um certo privilégio em se observar à margem, pois implica flexibilizar, adaptar, modificar, subverter e mesmo imaginar ou inventar modelos. Diferentemente de considerar o atraso na chegada da imprensa e suas implicações para uma certa precariedade do sistema letrado como um *a priori*, buscamos aspectos positivos na constituição de um sistema marginal e secundário do qual buscaremos apreender aspectos particulares. Para tanto, a escrita deve ser considerada em sua capacidade de “inscrever e apagar” (CHARTIER, 2006), ou seja, tanto em sua capacidade de ordenar a experiência numa forma específica da consciência histórica, quanto nos apagamentos inevitáveis que resultam da própria escrita.

Sabemos que em uma cultura letrada, a leitura é uma forma comum de apropriação. No entanto, a imagem de um leitor que, de forma individual e silenciosa, em um espaço reservado e em posição específica, toma o livro em suas mãos, nos parece romanticamente idealizada até mesmo para o europeu. Além disso, quando aportou por aqui, a imprensa encontrou um ambiente distinto daquele que havia contribuído para desenvolver na Europa. Se podemos relacionar o desenvolvimento de uma subjetividade moderna com a supressão da presença operado na leitura do impresso, as projeções de tal subjetividade no espelho de nosso antigo Império não produziram reflexos simétricos. Cumpre à pesquisa histórica descrever variantes e distorções nesses reflexos, de forma a tornar mais complexa uma imagem que está longe de ser estática.

Acreditamos que o surgimento de uma consciência histórica coincide com as condições de instalação e disseminação de uma cultura letrada ao longo do século XIX. Três séculos e meio distanciam o aparecimento da imprensa no ocidente de sua chegada às terras brasileiras. Como já afirmamos, não desejamos ecoar o lamento sombrio do atraso.

Para tanto será necessário criar uma perspectiva historiográfica capaz de incorporar positivamente o aspecto “tardio” de nossa imprensa. Não se trata simplesmente de negar a linearidade que define o atraso, mas de questionar a noção evolutiva implícita em tal raciocínio, que não só nos destina, eternamente, a uma posição irrelevante, mas também encobre aspectos particulares em nossa história. Ao se integrar no esforço de refletir sobre nossa historiografia, em especial a historiografia dos *media*, esta pesquisa pretende trazer à luz alguns aspectos que muitas vezes figuram a história apenas como “fundo”. Sendo assim, a presente pesquisa pretende colocar em primeiro plano as transformações nos meios de comunicação, especialmente em relações que operam uma transposição do gestual ao conceitual, como acreditamos acontecer no caso dos artífices-tipógrafos. Em nossa proposta de (re)visitar a história, vamos buscar justamente por aspectos que própria escrita tende a suprimir, ou que muitas vezes são dificilmente encaixados em sua ordem: o gestual, o corporal, o oral, a voz. Sendo assim, a pesquisa em questão não visa revistar a história e a historiografia em busca da identificação de erros, acreditamos ser possível potencializar o próprio discurso histórico simultaneamente a partir do que apresenta e oculta.

Artífices, tipógrafos, editores

A biografia dos artífices-tipógrafos pesquisados será relevante, pois diz da formação de uma nova classe de letrados que não existia antes da consolidação de uma cultura do impresso. Observaremos o surgimento de uma nova classe de indivíduos – os tipógrafos – que desencadeiam uma nova relação com a escrita e com a leitura. Apropriando-se de um conhecimento tipográfico adquirido no além-mar ou encenando uma nova invenção da imprensa ao lançar mão da ourivesaria, ao menos três tipografias foram fundidas e operadas no início do século XIX em Minas Gerais. Nos referimos em primeiro lugar ao Padre José Joaquim Viegas de Menezes que fabricou conjuntamente a um “mecânico prático” uma tipografia em Ouro Preto no ano de 1822⁵. Menos conhecidos, mas não menos impressionantes, são os feitos dos ourives Manuel Sabino de Sampaio Lopes e Geraldo de Pacheco de Melo, que fabricaram duas tipografias nos arredores da antiga Diamantina no

⁵ De acordo com o estudo pioneiro de Rizzini: “Cerca de 1820, cedendo a instâncias do português Manuel Joaquim Barbosa Pimenta e Sal, chapeleiro e sirigueiro, cometeu o padre Viegas nova façanha, esta digna da idade moguntina: improvisou uma tipografia inteira, aparelhando o tórculo e moldando e fundindo as letras.” (1968, p. 170) Em estudo mais recente, Maria Marta Araújo aponta a relevância da primeira tipografia mineira: “Seu primeiro número [do periódico *O Universal*] foi publicado em 17 de julho de 1825, impresso pela Tipografia Patrícia de Barbosa e Cia. De Ouro Preto, cuja história merece ser destacada, uma vez que foi a primeira tipografia de Minas Gerais, totalmente construída com recursos locais pelo mecânico prático Manuel José Barbosa, por volta de 1822.” (p. 53)

ano de 1828⁶. Estes tipógrafos-artífices, geralmente mencionados na história da imprensa sem muito detalhamento ou iconografia, serão o ponto de partida da pesquisa. Tentaremos reconstituir a trajetória destes três empreendimentos e coletar vestígios iconográficos destas oficinas míticas. Investigar melhor as personagens históricas responsáveis por estas incríveis realizações, assim como os impressos que realizaram, podem nos conduzir a traçar relações entre um fazer manual e a nova classe de letrados que surgiria, entre grupos e interesses que tornaram possíveis tais empreendimentos, entre as expectativas e efeitos de tais realizações.

Em um segundo momento da pesquisa pretendemos observar como estas práticas pioneiras refletiram-se sobre práticas de editores na segunda metade do século XIX, quando já haviam condições mais concretas para a atividade editorial. Observamos em trabalho anterior como o editor Francisco de Paula Brito articulou simultaneamente três diferentes figurações do editor assim como caracterizadas por Roger Chartier⁷: o editor da voz que antecede a imprensa, as relações capitalistas que marcam o livreiro-editor e a autonomia intelectual do editor profissional. Tal simultaneidade de figurações também poderia ser identificada em editores mineiros? Será realizada uma investigação nas casas impressoras mais relevantes da província buscando, particularmente, por uma articulação do gestual ao tipográfico, do oral ao escrito, da realidade social à realidade dos textos impressos. Dessa forma, a pesquisa deverá ser ampliada. Além de Ouro Preto e Diamantina, também devem ser incluídos São João Del Rey, Barbacena e Juiz de Fora.

Antes que acusem dos excessos ou da imprecisão do recorte, é importante dizer que estudos posteriores poderão se ater com mais profundidade em um ou outro exemplo que forem considerados mais significativos, o que poderá ser feito somente após ser desenhada uma visão panorâmica dos editores oitocentistas em Minas Gerais. Investigar como a imprensa se insere em uma sociedade cujas práticas comunicativas já se encontravam consolidadas em um cotidiano com pouco ou nenhuma escrita e leitura, nos permitirá compreender como o impresso se relaciona com um sistema comunicativo pré-existente à sua institucionalização. Lembrando Paul Zumthor (2010) desejamos evitar uma polarização

⁶ Na redação da tese de Jairo Faria Mendes: “Outras duas tipografias foram construídas nas Minas ainda na década de 1820. O ourives Manuel Sabino de Sampaio Lopes, construiu uma no Tijuco (...) No mesmo ano, próximo ao Tijuco, no Arraial de Itambé, o ourives Geraldo Pacheco de Melo também construiu uma tipografia.” (2007, p. 58)

⁷ Chartier marca o momento histórico de aparecimento do editor como atividade autônoma na década de 1830 na França: “(...) a edição é o momento em que um texto se torna um objeto e encontra leitores. Toda as dimensões da história da cultura impressa podem se associar à figura do editor, à prática da edição, à escolha dos textos, ao negócio dos livros e ao encontro com um público de leitores. Sobre estas bases construímos o projeto [*Histoire de l'édition française*] com atenção ao nascimento do editor, se pensamos em uma profissão particular, separada do comércio da livraria ou da atividade impressa, o que nos remete à década de 1830 na França. Nesse momento a profissão de editor torna-se autônoma.” (Chartier, 2001, p. 44-45)

excludente entre oralidade e escrita, buscando por manifestações da voz na materialidade do impresso acreditamos encontrar brechas capazes de revelar formas diferentes de apropriação, nem sempre interpretativas, do impresso no cotidiano.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no império”, in ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) **Império: a corte e a modernidade nacional, história da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. **História da fotorreportagem no Brasil**. A Fotografia na imprensa do rio de Janeiro de 1839 a 1900. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ARAÚJO, Maria Marta. **Uma janela para o mundo**. Belo Horizonte, Revista do Arquivo Público Mineiro, jan-jul 2010, p. 50-65.

AZEVEDO, Moreira de. Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro. In **Apontamentos históricos**. Rio de Janeiro: Garnier, 1881.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na idade média e no renascimento**. O contexto de François Rabelais. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo, Brasília: Hucitec, Editora UnB, 2008.

BARBIER, Frédéric. **História do Livro**. São Paulo: Paulistana, 2008.

BARBOSA LIMA SOBRINHO. **O problema da imprensa**. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARDOSO, Rafael. O início do design de livros no Brasil. In: CARDOSO, Rafael (org.). **O design brasileiro antes do design**. Aspectos da história gráfica. 1870-1960. São Paulo: Cosacnaify, 2005, p. 160-196.

CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger. **História da leitura no mundo ocidental**. Tradução Cláudia Cavalcanti, Fulvia Moretto, Guacira Machado e José Antônio de Macedo Soares. São Paulo, Ática: 1999. (2 v.)

CERTEAU, Michel De. **A escrita da história**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução Mary Del Priore. Brasília: Editora UnB, 1994.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre, Artmed: 2001.

CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar**. Cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII. Tradução Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CHARTIER, Roger (Coord.). **As utilizações do objecto impresso. (Séculos XV-XIX)**. Tradução Ida Boavida. Algés: Difel, 1998.

EISENSTEIN, Elizabeth. **The printing press as an agent of change**. Communications and cultural transformation in early-modern Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henry-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista; Hucitec, 1992.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. A história do livro e da leitura: novas abordagens. In **Floema Caderno de Teoria e História Literária**, ano III, n. 5, p. 97-111. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2009.

GOODY, Jack & WATT, Ian. *Las consecuencias de la cultura escrita*. In: GOODY, Jack (comp.). *Cultura escrita en sociedades tradicionales*. Traducción Gloria Vitale y Patricia Willson. Barcelona: Gedisa, 1996.

GUMBRECHT, H. U. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

HALEWELL. **O livro no Brasil**. Sua história. São Paulo: Edusp, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1936].

IGLÉSIAS, Francisco... [et al]. *Literatura durante o Império*. In: **O Brasil Monárquico**. v. 3: reações e transações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

LAVELLE, Patrícia. **O espelho distorcido**. Imagens do indivíduo no Brasil oitocentista. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LIMA, Luiz Costa. **Dispersa demanda**. Ensaios sobre literatura e teoria. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

LUHMANN. **A realidade dos meios de comunicação**. Tradução Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005.

LUSTOSA, Isabel (org.). **Imprensa, história e literatura**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

MACHADO, Ubiratan. **A vida literária no Brasil durante o romantismo**. Rio de Janeiro: Tinta Negra, 2010.

MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa em tempos de Império*. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Bruno Guimarães. **Corpo sem cabeça**. *Paula Brito e a Petalógica*. Rio de Janeiro, Tese, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 270p.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**. História do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo, Editora Ática, 2002.

MELO, José Marques de. **História social da imprensa**. Fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MENDES, Jairo Faria. **O silêncio das Gerais**. O nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros. Tese. Universidade Metodista de São Paulo, 2007, 212p.

McLUHAN, M. **A galáxia de Gutenberg**. A formação do homem tipográfico. Tradução Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

MOLLIER, Jean-Yves. **O dinheiro e as letras**. História do capitalismo editorial. São Paulo: Edusp, 2010.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo, Hucitec, 2005.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-43.

ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita**. A tecnologização da palavra. Campinas: Papyrus, 1998.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para pesquisa**. In: Educação e Sociedade, ano XVIII, número 60, dezembro de 1997, p. 144-158. Disponível em www.scielo.br/pdf/es/v18n60/v18n60a8.pdf (Consultado em 11/05/2011)

RIBEIRO, Vera Masagão. **Indicador nacional de alfabetismo funcional – Brasil**. Disponível em www.ibope.com.br/opp/pesquisa/politica/.../paper_INAF.doc. Consultado em 11 mai. 2011

RIZZINI, Carlos. **O jornalismo antes da tipografia**. São Paulo, Companhia Editora Nacional: 1968.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil**. 1500-1822. Com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo, Imprensa Oficial: 1988 [1946].

ROCHA, João Cezar de Castro. **Literatura e cordialidade**. O público e o privado na cultura brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SENNET, Richard. **The Craftsman**. Yale University Press, New Haven & London, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VIANNA, Helio. **Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Melo e (Org.) **Cotidiano e vida privada na América portuguesa, história da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VITORINO, Artur José Renda. **Máquinas e operários. Mudança técnica e sindicalismo gráfico** (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Annablume, Fapesp, 2000.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz.** A “literatura” medieval. Tradução Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral.** Tradução Jerusa Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz Pochat, Maria Inês de Almeida. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.